

## POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO: a difícil superação da dualidade estrutural

Francisco de Assis Pereira Filho<sup>1</sup>  
Hugo Lima Araújo<sup>2</sup>  
Maria Edilene da Silva Ribeiro<sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo tem como principal objetivo analisar os princípios duais contidos nos documentos que compõe a contrarreforma do Ensino Médio Integrado (EMI) no Brasil. Para tanto, como referencial teórico e metodológico, optamos pelo materialismo histórico-dialético na intenção de investigar este objeto por uma perspectiva histórica, compreendendo os conflitos e interesses que influenciam diretamente a elaboração de tais documentos. Realizou-se o estudo documental cujas fontes foram as legislações que pautam a Reforma do EMI e estudo teórico para fundamentar as abordagens. Para tanto, fizemos um resgate histórico das reformas educacionais voltadas ao ensino médio integrado no país, bem como refletimos sobre os propósitos da contrarreforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular. Nesse resgate histórico, adotamos como categoria estruturante a dualidade que sempre esteve presente na educação básica nacional, principalmente em sua etapa final, entre cultura geral e cultura técnica; e formação acadêmica/academicista e formação para o mundo produtivo.

**Palavras-chave:** Educação profissional. Dualidade. Integração.

### ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the dual principles contained in the documents that make up the Counter-Reform of Integrated Secondary Education (EMI) in Brazil. Therefore, as a theoretical and methodological reference, we opted for historical-dialectical materialism with the intention of investigating this object from a historical perspective, understanding the conflicts and interests that directly influence the elaboration of such documents. A documentary study was carried out, whose sources were the legislation that guided the EMI Reform and a theoretical study to support the approaches. To do so, we made a historical rescue of the educational reforms aimed at integrated secondary education in the country, as well as reflected on the purposes of the counter-reform of Secondary Education and the National Common Curricular Base. In this historical rescue, we adopted as a structuring category the duality that has always been present in national basic education, especially in its final stage,

<sup>1</sup> UFPA; Doutorando; francisco.qui@hotmail.com

<sup>2</sup> UFPA; Doutorando; hugoaraujo986@gmail.com

<sup>3</sup> UFPA; Doutora; edlileneribeiro23@yahoo.com

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



between general culture and technical culture; and academic/academic training and training for the productive world.

**Keywords:** Professional education. Duality. Integration.

## 1 INTRODUÇÃO

O Ensino Médio Integrado no Brasil tem se constituído ao longo da história da política educacional brasileira como o nível de mais difícil enfrentamento, em relação a sua concepção, estrutura e formas de organização, em decorrência de sua própria natureza de mediação entre o ensino fundamental e a educação profissional *stricto sensu*.

Nesse sentido, o fio condutor que dá sustentação as nossas argumentações analíticas, no âmbito desse trabalho, ancoram-se na perspectiva de que tradicionalmente a Política Educacional Brasileira se realizou restabelecendo a centenária estrutura dual existente no seu arquétipo de concepção econômico, social e político.

Desse modo, podemos inferir que existem fortes evidências no percurso histórico da política educacional do EMI de que as concepções pedagógicas construídas e ofertadas aos mais ricos e aquelas destinadas às classes populares possuem discrepâncias consideráveis que afetam no padrão dos itinerários formativos, por conseguinte, nos resultados alcançados para a ascendência ao ensino superior e às melhores colocações no mercado.

Ressaltamos que não desconhecemos os limites que uma política pública como a de Educação apresenta e que, jamais deve ser responsabilizada pela correção da discrepância social, presente na realidade brasileira, porém, não podemos deixar de considerar que as reformas educacionais implementadas no Brasil, na rede pública, sobretudo, nos últimos anos, sempre foram frágeis e pouco contribuíram como mecanismo de incorporação e homogeneização social.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Além disso, entendemos, também, que um trabalho acadêmico que pretende propor reflexões acerca da dualidade estrutural<sup>4</sup>, não pode se furtar de identificar as particularidades históricas presentes nesse processo, e, portanto, as contradições dos fenômenos sociais, as raízes sociais da questão, a questão estrutural das classes sociais que apoiam um determinado projeto de sociedade e uma ideologização que difunde a ideia de que esse modelo de educação é o desejável.

Ao retomarmos e reconstruirmos o legado da política educacional brasileira, veremos que desde a sua gênese esse sistema educacional já contava com ações pontuais, desarticuladas e não havia uma diretriz de ordem nacional que articulasse tais ações. Além disso, também se evidenciam que sempre houve um tipo de segmentação dessa política com a tendência de priorização do ensino superior de enfoque propedêutico, como ascensores para as universidades das camadas elitizadas. Esse traço se mantém no decurso das várias tentativas de reformas que a política educacional brasileira já vivenciou, ainda que tais movimentos reformistas tenham se colocado com o propósito de corrigir esse sistema dual e articular melhor a formação propedêutica com o ensino profissional.

Ultimamente o EMI tem sido alvo de questionamentos sobre qual seria o melhor modelo curricular para esta etapa. Considerando que mais uma contrarreforma, ou seja, a Lei 13.415/2017, possa vir a abrir caminhos para o aprofundamento da dualidade histórica da educação técnica de nível médio e da própria estrutura educacional brasileira.

Este estudo tem como principal objetivo analisar os princípios duais contidos nos documentos que compõe a contrarreforma do Ensino Médio Integrado (EMI) no Brasil. Como referencial teórico e metodológico, optamos pelo materialismo histórico-dialético. Para Martins (2006, p. 10) ressalta que “o conhecimento calcado na superação da aparência em direção à essência requer a descoberta das tensões imanentes na intervinculação e interdependência entre forma e conteúdo”. Nessa

<sup>4</sup> Dualidade estrutural é a definição da presença de dois itinerários formativos, um destinado ao trabalhador, geralmente de natureza instrumental e outro, direcionado à elite, com foco no trabalho intelectual.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



perspectiva, investigamos o objeto por uma perspectiva histórica, compreendendo os conflitos e interesses que influenciam diretamente na elaboração de tais documentos. O estudo documental teve como fonte as legislações que pautam a Reforma do EMI e para fundamentar as abordagens, realizamos estudos teóricos.

Nos tópicos a seguir, faremos um retrospecto do percurso histórico das políticas educacionais para o EMI, destacando sua dualidade estrutural e apontaremos as discrepâncias e as ameaças que a Lei 13.415/2017 representa para a educação brasileira, em especial ao EMI nesse contexto.

## 2 DUALIDADE ESTRUTURAL: percurso histórico das políticas hegemônicas

O vínculo entre a educação profissional e o ensino médio no Brasil está evidenciado pela histórica dualidade estrutural e pela subserviência da educação ao paradigma de desenvolvimento econômico e político do país. Marcada na época do Brasil colônia, na desapropriação de matéria-prima com destino a Portugal, posteriormente, na época do Império e começo da República, esse processo de dependência passa ser prioritariamente, à Inglaterra, configurando-se o mesmo modelo de exportação com viés agrícola e extrativista. Desta forma, nos primórdios, esse modelo de produção não exigia sujeitos qualificados, por esse motivo não havia muitas inquietações com a educação da população trabalhadora (geralmente, escravos e índios) visto às principais atividades que lhes eram confiadas – agricultura, mineração rudimentar e produção açucareira.

Nessa perspectiva, até meados do início do século XIX, não há informações sobre registro de quaisquer iniciativas que sejam consideradas como educação profissional escolar. Destarte, “o aprendizado dos ofícios manufatureiros era feito, na fase colônia, conforme modelos predominantemente assistemáticos, baseados no desempenho, por auxiliares/aprendizes, das tarefas pertencentes ao sistema técnico de trabalho” (CUNHA, 2000, p.29). Convém destacar que o modelo artesanal das grandes cidades era gerenciado pelas unidades de ofício, que “[...] planejavam a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



aprendizagem metodizada de todos os ofícios, definindo que todos os menores ajudantes deveriam ser, obrigatoriamente, aprendizes, com exceção dos escravos [...]” (CUNHA, 2000, p.57).

Consoante esse quadro, Cunha (2000, p.29) afirma que:

A aprendizagem sistemática de ofícios não tomou, no período colonial, o formato escolar. Foi somente na época da transição para a consolidação do Estado nacional, coincidindo com a chegada da família real ao Brasil, que veio a ser instalada a primeira escola para aprendizagem de ofícios.

No ambiente escolar, o que predominava até então era uma educação puramente propedêutica para a alta sociedade, com foco na formação dos próximos dirigentes. Posto isto, a função educacional apenas contribuía para a reprodução das classes sociais, visto que aos filhos dos mais abastados era possibilitada essa escola e aos demais lhes era impedido o acesso.

Em 1816, é criada a Escola de Belas Artes, com o intuito de integrar o ensino das ciências e do desenho para os ofícios a serem produzidos nas oficinas mecânicas; em 1940, inaugura-se dez casas de Artífices e Educandos nas principais cidades brasileira, sendo a primeira em Belém do Pará; em 1854, estabelecem-se instituições especiais para meninos abandonados, de nome Asilos dos Meninos Desvalidos, onde esses jovens aprendiam as primeiras letras e eram encaminhados para as oficinas públicas e privadas, através do Juizado de Órfãos, conforme Manfredi (2002, p.76):

Jovens em estado de carência eram levados para estes estabelecimentos, onde tinham uma instrução primária e saíam aprendendo os seguintes ofícios: sapataria, tornearia, carpintaria, tipografia etc. Ao fim da aprendizagem, o menor, ainda ficava mais três anos na instituição, prestando serviço nas oficinas, com a missão de pagar sua aprendizagem e constituir uma poupança que lhe era paga no final do triênio.

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil tem, por conseguinte, sua gênese dentro de uma visão assistencialista, como propósito de proteger os órfãos e desvalidos da sorte, em outras palavras, dar atendimento àqueles que não tinham

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



níveis sociais adequados, para que não praticassem ações que não fossem de encontro à lei da moral e bons costumes.

Em 1909, o então governador Nilo Peçanha, cria as Escolas de Aprendiz e Artífices que se instalaram em diversas unidades da Federação, todas com viés industrial de ensino. Nessa mesma época, foi criado o ensino agrícola para formar chefes de cultura, administradores e capatazes. Consta-se nitidamente a característica elitista e de reprodução do arcabouço social fragmentada da referida organização.

Nessa conjuntura, chega-se em 1930 com a educação básica constituída de um modo totalmente dual, na qual a distinção entre os caminhos educativos trilhados pelos filhos dos ricos e dos filhos dos operários já ocorria a partir do curso primário. Isto posto, de forma resumida, a educação básica era formada por um curso primário que duravam quatro anos para aqueles cujo o itinerário tinha como meta o ensino superior e, conforme Kuenzer (1997, p.47) “[...] Existiam também os cursos na área rural e profissional, destinados às classes mais pobres [...]”. Nesse cenário, os anos de 1930 e 1940 foram evidenciados por expressivas mudanças econômicas e políticas no seio da população brasileira com repercussões profundas sobre o sistema educacional.

A política educacional traduz esses embates de poder, tanto que a disputa em meio à criação da LDB surge no auge da polarização de interesses populistas e populares que pleiteavam, entre outras reivindicações, o incremento da oferta na rede escolar gratuita (secundário e primário); “[...] e paridade entre ensino médio propedêutico e profissional, com viabilidade de transferência recíprocas [...]” (FREITAG, 1979, p.81).

Dessa maneira, chega-se aos anos 1970, em pleno regime ditatorial. Neste período há uma intensa mudança da educação básica instituída pela Lei 5.692/71 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus -, que se estabeleceu em mais uma tentativa de consolidar o ensino médio como sendo profissionalizante, extensivo a toda a população. Nesse período, o governo tinha um projeto de desenvolvimento

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

calcado no endividamento externo e específico para um novo ciclo da industrialização brasileira, o que ficou conhecido como o milagre brasileiro, que demandava mão de obra especializada (técnicos de nível médio) para atender tal modernização.

Levando-se em consideração essa reforma a partir da categoria central escolhida neste estudo – a dualidade estrutural entre a educação profissional e o ensino médio -, depreende-se, que do ponto de vista formal, a Lei 5.692/71 teve a intenção de eliminar tal dualidade, mas um estudo minucioso das políticas educacionais desse período, evidencia que o caráter obrigatório se restringiu às escolas públicas. Entretanto, no âmbito privado, as escolas, em sua esmagadora maioria, permaneceram com o currículo propedêutico com foco nas elites. Na prática:

A velha dualidade ressurgiu no contexto da legislação em vigor, retificando mais uma vez a oferta propedêutica como a opção preferencial para acesso ao ensino superior, ficando os velhos ramos, como vias preferencias de aceso ao mercado de trabalho (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p.35).

Nos idos de 1990 em pleno auge do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, acirram-se os embates em torno da educação pública e privada. Nesse contexto é aprovada a LDB 9.394/96, seu texto é considerado ambíguo e minimalista no tocante a essa relação – ensino profissional e ensino médio. Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois módulos – ensino básico e educação superior -, e o ensino profissional não está em nenhum dos dois, ratifica-se a dualidade de forma bastante evidente.

A referida dualidade é consolidada com a aprovação do Decreto 2.208/97 que promove uma cisão entre a educação profissional e o ensino médio. Com a vigência desse instrumento legal, o ensino médio volta, de forma legal, a ter um sentido puramente propedêutico, doravante, os cursos profissionais, agora já desmembrados do ensino médio, começam a ser ofertados de duas formas, uma delas é a concomitante ao ensino médio. Nesse caso, o aluno pode fazer conjuntamente o ensino médio e o ensino técnico, mas com matrículas e conteúdos diferentes, sendo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



que os dois cursos podiam ser realizados na mesma escola (concomitância interna) ou em instituições diferentes (concomitância externa).

Em 2004, edificaram-se os alicerces da educação unitária e politécnica destinadas à suplantação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica, com foco na formação integral do sujeito. Essa consonância ínfima, contribuiu de forma significativa com o surgimento do Decreto 5.154/04 no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Esse dispositivo legal, além de assegurar as ofertas dos cursos técnicos subsequentes e, concomitantes trazidas através do Decreto 2.208/97, teve o grande valor em revogá-lo e de trazer de volta uma nova possibilidade de rearticulação a educação profissional e o ensino médio, numa perspectiva de travessia para o fim da dualidade estrutural.

### 3 A ATUAL CONTRAREFORMA DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DA LEI 13.415/2017: nova lei, velhos interesses

Nos anos mais recentes, mais precisamente em 2017, é sancionada a Lei n.º 13.415 (BRASIL, 2017). Por meio desta, o currículo do EMI passa a ser mesclado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por cinco itinerários formativos específicos. Porém, a lei também inclui um sexto itinerário formativo: “§ 3º, este ficando totalmente a critério das organizações de ensino”. Mesmo sendo chamado de “itinerário formativo integrado”, ele não se traduz ao que assimilamos como Integrado, uma vez que se ajusta a várias áreas de conhecimento e da formação técnica e profissional, e não todas as áreas integradas à educação técnica e profissional (MORAES, 2017).

Deste modo, o novo modelo de Ensino Médio decompõe “as disciplinas em cinco áreas do conhecimento sendo, linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional, propondo a flexibilização curricular a critério do estudante” (ZITZKE; PINTO, 2020, p. 410). É válido aqui destacar que os estudantes vão cursar um ou mais itinerários formativos,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de forma concomitante ou sequencial, ainda mais, as redes terão autonomia para definir os itinerários oferecidos.

É importante ainda destacar que o texto apresenta apenas duas disciplinas obrigatórias ao longo dos três anos (Língua Portuguesa e Matemática), deixando as demais disciplinas propostas em áreas de conhecimento. Nesse debate, podemos ainda citar que a BNCC subtrai disciplinas importantíssimas para a formação integral do estudante, como: filosofia, sociologia, história, geografia e outras mais, deixando por conta dos itinerários formativos discutirem sobre tal temática em seus espaços.

Ainda sobre os Itinerários Formativos, algumas considerações precisam ser feitas. Primeiro ponto, para ministrar os itinerários formativos das quatro áreas do conhecimento, a licenciatura é obrigatória. Porém, para ministrar o itinerário de formação técnica e profissional, não existe essa exigência, é preciso apenas que o profissional tenha o "notório saber" na área que lecionará, o que já abre precedentes para uma série de absurdos nos espaços escolares. Segundo ponto, a legislação permite o livre acesso das redes privadas, na forma de parceria, na oferta do itinerário de formação técnica e profissional, favorecendo ao desmantelamento e precarização dos docentes da área técnica (ZITZKE; PINTO, 2020).

Para Ramos (2014), uma política educacional de EMI que possibilite um rompimento com a histórica dualidade estrutural na educação brasileira precisa ser melhor repensada e dialogada com a sociedade. De acordo com a autora, aos filhos da alta sociedade é ofertada uma educação propedêutica que conduz ao ingresso na educação superior e para os filhos das classes mais baixas, uma educação direcionada ao mercado de trabalho.

A pertinência dessa reflexão revela-se não só como justificativa para análise das políticas públicas levadas a cabo pelos governos da Nova República, mas também como um importante alerta para os pesquisadores que se propõem a estudar a crise do presidencialismo e da democracia no Brasil atual (BOITO JR., 2018). Nesse aspecto, faz-se necessário partir de uma concepção de Estado capitalista que sirva

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



como base de uma análise profícua da construção das políticas públicas e, ao mesmo tempo, permita-nos explicitar as relações com as políticas de formação profissional.

Marx e Engels (1982, p. 125) já propunham, em 1848, no Manifesto Partido Comunista, uma visão de escola politécnica: “Uma educação laica, gratuita e pública, com acesso a todos, indistintamente, abolição do trabalho infantil nas indústrias, com um arranjo de produção material com educação”.

Para sintetizar o exposto acerca da concepção marxiana de formação humana, recorre-se a Lombardi (2010), que, a partir de Marx e de Engels, resume essa concepção em três grandes direções: crítica à educação, ao ensino e à qualificação profissional burguesa; relação do proletariado com a ciência, a cultura e a educação comunista; e formação integral do homem. Com relação a esse último aspecto, o autor destaca que a “politecnicidade” é articuladora do fazer e do pensar, superando a “monotecnia”.

Feita essa síntese sobre a concepção marxiana de educação, tendo como principais referências seu pensamento e o de Engels, interessa debater sobre as contribuições trazidas por Antonio Gramsci. O trabalho, em suas dimensões ontológica e histórica, é reconhecido por Gramsci como princípio educativo fundamental. No texto Americanismo e fordismo (2000), assevera que a forma mais desenvolvida do trabalho em sua extrema racionalização implica o sacrifício do corpo e da espiritualidade do trabalhador. Porém, ainda que assim seja, é incapaz de abstrair dos homens sua atividade intelectual.

Ainda nesse sentido, Ramos (2014) propõe um estudo do conceito de articulação entre o ensino médio à educação profissional em três sentidos que se complementam, a saber: Ominilateral, em que as políticas educacionais discutiriam a concepção de um EMI que pudesse vir a superar o lendário vínculo com o mercado de trabalho e tornar os sujeitos discentes o cerne do propósito dessa fase da educação básica. O segundo sentido, remete à inseparabilidade entre ensino básico e profissional, já o terceiro sentido, suscita a agregação de saberes gerais e específicos como totalidade. Porém, segundo Freitas (2018), o nosso modelo de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



sociedade presume que a educação pública e de qualidade se limita ao ingresso de escolas, docentes e discentes em um mercado concorrencial, sem a intervenção do Estado.

## 4 CONCLUSÃO

A elaboração desse texto, teve como objetivo fazer uma análise crítica sobre as políticas públicas educacionais no Brasil, especificamente no EMI, tendo como recorte temporal a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices do Brasil em 1909 até a edição da Lei 13.417/17. Nesse sentido, buscamos analisar os princípios e diretrizes – políticos e éticos que estão formulados, os quais deverão direcionar os diversos sujeitos envolvidos nessas contrarreformas.

No processo de traçar esse percurso analítico e investigativo, tivemos como fio condutor a concepção de que a política educacional brasileira, mais precisamente no EMI, se consolidou ratificando a dualidade estrutural, presente na sociedade, calcada no seu modelo de desenvolvimento econômico e político, propensão que fez com que as concepções educacionais ofertadas aos filhos dos mais abastados e aquelas direcionadas às classes mais populares, tenham características consideráveis que reverberam na qualidade dos itinerários formativos e, conseqüentemente nos resultados atingidos em relação ao acesso, por exemplo, ao ensino superior e também aos excelentes cargos nas melhores instituições.

De posse desse indicativo teórico, nos foi possível retornar todo o movimento histórico da política educacional brasileira no ensino médio. Analisamos fatos, apontamos como sugestões para o que pudesse superar a dualidade estrutural presente na educação profissional integrada ao ensino médio. Incipientemente, quando fazíamos alguma alusão a essa modalidade de educação básica, acreditávamos que a elementar união das disciplinas técnicas ao ensino médio, seria considerável para a articulação, moderável engano. Foi necessário reconstruirmos essa definição, o que alcançamos a partir do movimento que incorporamos estudos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de pesquisadores e teóricos da área de política educacional como: Saviani (2003, p. 51), Frigotto (2006, p. 62), Kuenzer (2005, p. 81) e vários outros.

Nesse aspecto, podemos inferir que na relação entre o ensino médio e educação profissional, predomina uma perspectiva dual e segmentada, expressa desde a colônia, principalmente pela reprodução das relações de contraste entre as classes sociais. A universalização da educação básica para toda a sociedade, apesar de constar em lei, infelizmente ainda não se concretizou na prática para toda a população. Ainda prevalece a fragmentação entre a educação geral, possibilitada à preparação para o ensino superior e a preparação instrumental para o mercado de trabalho.

Finalizando, entretanto, não menos importante, queremos refletir que a essa conclusão, o caráter terminal desse estudo e as certezas que pontualmente se apresentam aqui, só se fundamentam se levarmos em conta que certezas necessitam ser edificadas, escritas e difundidas, justamente para que possam ser sabatinadas, e dessa forma, oportunizar futuros debates e estudos contemporâneos que movimentem o moinho da ciência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 abr. 1997a.

BRASIL. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 jul. 2004.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 ago. 1971.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei n.º 13.415, de 17 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 fev. 2017.

CUNHA, L. A. **As agências financeiras internacionais e a reforma brasileira do Ensino Técnico: a crítica da crítica.** In: ZIBAS, Dagmar et al. O Ensino Médio e a reforma da educação básica. Brasília, DF: Plano Editora, 2000.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade.** São Paulo: Moraes, 1997.

FREITAS, M. C. de; BICCAS, M. de S. **História social da educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação.** São Paulo: Cortez, 2004.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2007.

LOMBARDI, J. C. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels.** 2010. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MANFREDI, S.M. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifeste du parti communiste.** Paris: Nathan, 1982.

ZITZKE, Viviane Aquino; PINTO, Elisane Ortiz de Tunes. A BNCC e os impactos no currículo do Ensino Médio Integrado. In: **Revista Thema**, v.17, n.2, 2020. p. 407-416.

PROMOÇÃO



APOIO

